

# MUDANÇAS NO CENÁRIO POLÍTICO E DIPLOMÁTICO

Conjunto de países mostra mais independência em relação aos Estados Unidos e o Brasil reforça posição de liderança

A reunião da cúpula regional da América Latina e do Caribe - realizada no mês passado na Costa do Sauípe, Bahia - revelou ao mundo três importantes transformações no cenário político e diplomático nas regiões abrangidas. Todas elas alterarão significativamente o posicionamento dos países do macrocontinente em relação ao futuro das Américas e também em suas relações com a Europa.

As três modificações são pela ordem: um novo posicionamento, mais independente e conjunto dos países em relação ao seu ex-tutor, os Estados Unidos; a ascensão do Brasil à posição de liderança no continente (agora não somente na América do Sul, mas também na América Central e no Caribe); e um estreitamento das relações multilaterais nos planos econômicos e diplomáticos entre as 33 nações participantes. Destas, vieram ao Brasil 31 presidentes ou chefes de Estado.

No âmbito da primeira transformação citada, registra-se o fato de que é a primeira grande contestação de grupos de países latino-americanos e caribenhos à famosa "Doutrina Monroe", que, por cerca de 200 anos, pautou o relacionamento continental sempre sob a tutela norte-americana. O presidente Monroe, em 1820, cristalizou esse conceito com a famosa frase: "A América para os americanos".

**A atual atitude de unidade e soberania contrasta com grandes problemas nos EUA**

O pronunciamento desse conceito deu-se em um momento de grande ebulição política no continente, uma vez que a maioria dos países estava em pleno processo de libertação de suas metrópoles européias, especialmente Portugal, Espanha e Inglaterra. Essa conceituação feita por Monroe, aparentemente independentista, está repleta de dubiedades e, principalmente no final do século XIX e em todo o século XX, passou a ser

lida pela grande maioria dos pensadores e analistas como: "A América para os americanos... do Norte!".

A atual atitude de unidade e soberania entre os países da América Latina e do Caribe ocorre em dois momentos delicados para os Estados Unidos. Um deles é o aguçamento interno da grande crise que se abate sobre o capitalismo, em decorrência da falência do modelo neoliberal. Debacle que pegou o grande navio norte-americano como um míssil que o atingisse abaixo da linha d'água.

O outro aspecto sensível provém das incertezas que se abatem sobre a sociedade desse país no interregno iniciado com a vitória de Barack Obama nas eleições presidenciais e que culminará com sua posse na Casa Branca, em 20 de janeiro. Situações que praticamente imobilizam diplomaticamente o governo americano diante da unidade entre seus vizinhos.

Piorando as circunstâncias, estavam presentes na reunião de Sauípe os primeiros mandatários de 31 países, incluindo-se o arquiinimigo norte-americano, Cuba, na figura de seu primeiro-ministro, Raul Castro. Ausentes da cúpula latino-americana e caribenha somente dois aliados incondicionais da Casa Branca: os presidentes Álvaro Uribe (Colômbia) e Alan Garcia (Peru). Também e propositadamente os Estados Unidos e seu vizinho Canadá sequer foram convidados na condição de observadores. Isto sucedeu mesmo após um grande e inútil esforço americano, que envolveu inclusive a secretária de Estado, Condoleezza Rice, para que o presidente Bush fosse convidado a comparecer.

O fato é tão significativo que o coordenador do evento, o chanceler brasileiro Celso Amorim, ressaltou que foi a primeira reunião em dois séculos, entre países latino-americanos, na qual não estiveram presentes representantes dos Estados Unidos ou das ex-metrópoles Inglaterra, França, Espanha e Portugal. Indo além na retórica, o presidente Lula afirmou ser a primeira reunião de cúpula na história do continente na qual não houve qualquer reação de subserviência em relação aos países do chamado "primeiro

mundo". Lula agregou que, no século passado, os países da América Latina e do Caribe disputavam entre si o posto de "melhor amigo dos Estados Unidos" e que isto nada de útil resultava ao bloco continental.

Fica implícito na fala de Lula e nas declarações oficiais dos demais presidentes que o bloco priorizará a ação multilateral nas relações internacionais, sejam estas diplomáticas, comerciais ou mesmo para resolver contendas envolvendo países do continente, deixando de lado o tão decantado alinhamento incondicional de todos com as políticas emitidas pelo Departamento de Estado norte-americano. A seriedade de tais posições, se forem efetivadas, seguramente refletir-se-á principalmente nos grandes foros internacionais: Rodada de Doha, OMC, Bric, G-20 e até dentro do FMI e do Banco Mundial.

Estes fatores, por sua vez, conduzem-nos ao terceiro eixo de transformação que ocorre na atual geografia política e diplomática da América Latina: a mudança e a ascensão do Brasil a um papel de liderança nesse imenso bloco. Não é megalomania ou peça de ficção essa constatação. Com uma economia que figura entre as oito maiores do mundo e um PIB em torno de US\$ 1,83 trilhão (2007), o Brasil assume atualmente um papel importante dentro do G-20, ao mesmo tempo que todos os analistas mundiais reafirmam a situação privilegiada que o País possui dentro da crise geral.

As causas dessa situação confortável são motivadas por importantes passos diplomáticos. Um destes, a ação de continuidade havida na economia brasileira desde a edição do Plano Real, logrou um grande avanço nas políticas bancária e monetária, adequando-as a "compliance" sérios e coerentes, dentro de padrões de transparência e confiabilidade. Em outro plano, o governo Lula, após seis anos, colhe os frutos da retomada das linhas de política externa independente por parte do Itamaraty, após períodos de excessiva aproximação e subserviência aos interesses do mercado internacional nos governos anteriores.

Com a política externa independente, a posição brasileira em nível internacional consolidou-se como um pólo aberto ao diálogo multilateral e não somente restrito ao âmbito do G-7 ou do G-8. Com isso, países como os membros do Bric - que formam, respectivamente, a segunda maior economia mundial (China), a sexta (Índia) e a sétima (Rússia) - consolidaram um relacionamento multilateral interessante que, na crise atual, propiciou avanços internacionais representativos e consistentes.

Entre eles, por exemplo, o surgimento do G-20 na condição de um plenário aceito mundialmente por todos para o debate de soluções à atual crise econômica do neoliberalismo. Não

por acaso, a reunião preparatória ao G-20 aconteceu em São Paulo. O Brasil, dono de uma das poucas grandes economias com perspectivas de crescimento neste 2009, insere-se em todos esses debates.

Ainda em relação a Saúpe, na reunião da Cúpula do Mercosul, que se deu concomitantemente à Cúpula da América Latina e do Caribe, o discurso predominante foi sobre a crise econômica mundial. E todos os participantes solicitaram presença maior do Brasil em suas economias, através das grandes corporações privadas ou estatais, com capital e transferências tecnológicas e de pesquisas científicas em todos os campos, especialmente na agroindústria, biotecnologia e setor aeronáutico.

E na Cúpula da América Latina e Caribe, o eixo do debate, além da crise mundial, focalizou outra prioridade que interessa ao Brasil, especialmente ao empresariado brasileiro: as perspectivas maiores de integração e desenvolvimento. O

## O Brasil está assumindo um papel de importância crescente dentro do G-20

interesse brasileiro resulta do fato de que o desenvolvimento tecnológico nacional superior ao de seus vizinhos abrirá grandes oportunidades no restante do continente.

No cenário estrito da diplomacia, os países do continente, pela primeira vez, defenderam o reingresso de Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA), de onde o país foi expulso em 1961 por pressão política dos Estados Unidos. Este assunto deverá se constituir no primeiro embaraço diplomático que o presidente Obama enfrentará em seu governo. A situação do presidente americano nessa questão é similar àquela expressão popular brasileira "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come".

Diferente de outros encontros, a assembléia da OEA prevista para este ano deixará os Estados Unidos isolados, enfrentando pela primeira vez os 32 países da América Latina que defendem a reintegração de Cuba ao organismo. Se o governo americano aceitar a pressão, enfrentará sérios problemas internacionais, além de problemas internos com o Partido Republicano e entidades conservadoras e religiosas. Acima de tudo, enfrentará a ira da barulhenta comunidade de cubanos exilados. Se não aceitar, novamente terá problemas diplomáticos sérios com os países latino-americanos e com os segmentos progressistas da sociedade americana, que foram os principais eleitores de Obama em novembro passado. É uma sinuca de bico! •